



Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT Ano V nº 45-46 08.12.2005

Indústria: Sinal Amarelo

Fiesp e Iedi avaliam as perdas e os danos do baixo crescimento da economia

Por Luiz G. Belluzzo

"O câmbio é burro", disparou o vice-presidente José de Alencar na entrevista coletiva que se seguiu ao seminário Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento patrocinado pelo Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na segunda-feira, 28 de novembro. No dia seguinte, os jornais julgaram prudente não presentear os leitores com surpresas: estamparam nas manchetes a justa indignação do vice. Já as matérias sobre o tema, ressalvadas as exceções de praxe, confirmaram as suspeitas de que o déficit de inteligência ronda sinistramente outras dimensões da vida brasileira, além da política cambial.

Talvez o vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, João Sayad, ao se manifestar no encontro, tivesse razão em seu pessimismo: o ethos do desenvolvimento perdeu a parada para o pensamento único, material reciclado no atraso das sinapses do século XIX e reproduzido nos editoriais de jornalões e quejandos. Não é de hoje que os senhores da opinião pública travam a batalha contra a industrialização, a luz elétrica e o saneamento básico, em prol da febre amarela e do bicho-do-pé.

Na essência, os argumentos do patrimonialismo caboclo – outrora ancorado na propriedade da terra, hoje na finança – continuam os mesmos: uma embolada de preconceitos, combatidos por Roberto Simonsen nas décadas de 20, 30 e 40. O discurso inaugural de Simonsen na fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, em 1928, recebeu a reprovação agressiva das classes conservadoras e de seus ideólogos. Em seu livro Três Industriais Brasileiros, o grande Heitor Ferreira Lima reproduz o artigo de um comentarista da imprensa paulistana. Dizia o sábio: "Não temos condições para o desenvolvimento industrial, porque somos um país de analfabetos, com imigração de analfabetos e ainda em anarquia política, econômica e financeira... o problema do Brasil consiste em aproveitar suas terras, as mais vastas, inexploradas do globo".

É preciso manter o debate – seja político ou econômico – ao rés-do-chão ou, em alguns casos, à altura das sarjetas, fora bengaladas esporádicas. Assim vamos tocando a bola em nossa sociedade de massas subdesenvolvida, sempre atolada no superávit dos primários.

O seminário Fiesp-Iedi foi, em boa medida, inspirado pelas investigações da Unctad e do economista chileno Gabriel Palma da Universidade de Cambridge. Os trabalhos, usando metodologias distintas, identificaram a emergência de processos de desindustrialização precoce nos países da América Latina.

O relatório da Unctad, Trade and Development Report de 2003 – já analisado em CartaCapital quando de sua publicação –, traz o subtítulo Acumulação de Capital, Crescimento e Mudança Estrutural. Uma avaliação profunda e certa dos resultados das políticas de desenvolvimento praticadas na Ásia e na América Latina nas duas últimas décadas.

Trata-se de um estudo histórico-comparativo sobre o desempenho dos países em desenvolvimento ao longo do movimento de transformação da economia global nas décadas de 80 e 90.

O relatório classifica os países em desenvolvimento em quatro grupos. 1. Os de industrialização madura, como a Coreia e Taiwan que já atingiram um grau elevado de industrialização, produtividade e renda per capita, mas apresentam uma taxa declinante de crescimento industrial. 2. Os de industrialização rápida, como a China e a Índia que – mediante políticas industriais e de incentivos às exportações favorecem elevadas taxas de investimento doméstico e graduação tecnológica – apresentam uma crescente participação das manufaturas no produto, emprego e exportações. 3. Os de industrialização de enclave, como o México que, a despeito de aumentar sua participação na exportação de manufaturados, têm desempenho pobre em termos de investimento,

valor agregado manufatureiro e produtividade totais e, finalmente, 4. Os países em vias de desindustrialização, que inclui a maioria dos países da América Latina. Estão nesta turma os que, como o Brasil, alcançaram um certo grau de avanço industrial, "mas não foram capazes de sustentar um processo dinâmico de mudança estrutural mediante a rápida acumulação de capital e crescimento do PIB". Esses países, num ambiente de liberalização financeira e comercial, apresentam queda ou estagnação do investimento, participações declinantes da produção manufatureira no PIB. Gabriel Palma mostrou, em seu estudo, como esses países sofreram uma degradação da sua posição tecnológica e, sobretudo, não conseguem transformar os estímulos do crescimento das exportações em impulsos para a expansão da produção manufatureira doméstica.

Já no relatório de 2002, a Unctad mostrava que nos anos 90 os países em desenvolvimento da Ásia e América Latina não dançaram a mesma música. No que respeita à corrente de comércio, o Brasil manteve o market share (0,7%), enquanto os países do Sudeste Asiático e a China elevaram substancialmente sua participação. Os primeiros (Hong Kong, Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan) promoveram um salto espetacular na sua fatia de mercado: de 6% do total mundial para 16%. A China também apresentou um crescimento relativo importante. Suas exportações de manufaturados passaram de 1,1% para 3,8%.

Nos países asiáticos e, com menor intensidade, na China o aumento da participação das exportações de manufaturas foi acompanhado por um aumento correspondente na geração do valor agregado manufatureiro mundial (de 7% para 14% e de 3,3% para 5,8% respectivamente). Isso tem uma implicação importante: o valor das exportações se elevou com a maior integração da economia ao comércio internacional e induziu o crescimento da renda interna. Neste caso, pode-se concluir que houve um "adensamento" das cadeias produtivas domésticas que permitiram a apropriação do aumento das exportações pelo circuito interno de geração de renda e de emprego.

Na América Latina, inclusive no México, a história foi outra. O México, diferentemente do Brasil e da Argentina, aumentou bastante sua participação relativa nas exportações mundiais (de 0,2% para 2,2%). Mas caiu a sua parte na formação do valor agregado manufatureiro global (de 1,9% para 1,2%), exprimindo a desarticulação das cadeias produtivas depois da assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte, o Nafta. Esse fenômeno já havia sido identificado por outros estudos que vêem o surgimento de uma nova e perigosa dualidade na economia mexicana. Na verdade, o norte do México já é uma extensão do espaço econômico americano.

A trajetória de Brasil e Argentina mostra que a integração das economias foi mal concebida e isso determinou não só a desindustrialização relativa, como atesta o documento do Iedi apresentado no seminário, mas também na perda de posição no ranking do valor agregado manufatureiro. A participação do Brasil caiu de 2,9% para 2,7%. A Argentina marcou passo em torno de 0,9%.

Para quem não sabe ou não gosta de dar nome às coisas – função elementar do conhecimento humano –, este fenômeno chama-se em linguagem corrente "desindustrialização". Na verdade, as décadas de 80 e 90 presenciaram um processo de desindustrialização relativa, entendida como a redução do coeficiente de valor agregado interno sobre o Valor Bruto da Produção. Rompidos os nexos interindustriais das principais cadeias de produção e reduzida a dimensão do setor de bens de capital, hoje a estrutura industrial brasileira pode ser comparada a uma nebulosa em que se sobressaem algumas grandes e médias empresas em cada setor, com parte da estrutura de apoio globalizada. Elas sobreviveram – respondendo às mudanças macroeconômicas e às novas condições da concorrência internacional – graças à modernização e à especialização, bem como ao acesso ao crédito público e internacional. Assim é possível entender por que a modernização empresarial dos anos 90 levou ao enfraquecimento estrutural da indústria manufatureira.

O surgimento do capitalismo industrial é uma novidade histórica radical, uma ruptura com o ritmo modorrento do progresso econômico observado nos séculos anteriores. O economista Angus Maddison, conhecido pela qualidade e acuidade de seus trabalhos econométricos, mostra de forma cabal – em seu monumental estudo *The World Economy, a Millennial Perspective* – a impressionante aceleração do crescimento da renda per capita depois de 1820, na posteridade da Revolução Industrial inglesa.

O capitalismo industrial engendrou relações econômicas e formas de sociabilidade cujo desenvolvimento libertou a vida humana e suas necessidades das limitações impostas ao homem pela natureza. Constituiu relações de produção, estruturas técnico-econômicas e formas de convivência que dissolvem de forma implacável os nexos tradicionais.

A "artificialização" da economia e da sociedade se acelera entre o fim do século XIX e os primórdios do século XX. Nesse período, ocorreram importantes transformações no núcleo de articulações do capitalismo. 1. A consolidação das práticas de financiamento e de pagamentos internacionais, sob a égide de um padrão monetário universal. 2. A metamorfose do sistema de crédito – expressa no

aparecimento dos bancos de depósito que ajustam suas funções e formas de operação à nova economia comandada pela indústria. 3. A emergência de uma nova divisão social do trabalho, consubstanciada na crescente separação técnica e econômica entre o departamento de meios de consumo e o departamento de meios de produção. 4. A internacionalização capitalista sob a hegemonia inglesa "produz" a industrialização dos EUA e da Europa e, simultaneamente, a Periferia produtora de matérias-primas e alimentos.

A industrialização supõe, além da diferenciação técnica e econômica do produto social entre os setores que produzem bens de consumo e os que geram os meios de produção, a irresistível tendência à "tecnificação" da agricultura e dos serviços. O dinamismo da economia moderna depende do aperfeiçoamento do sistema de máquinas. A transformação dos instrumentos de trabalho em capital fixo – forma socioeconômica adequada à acumulação capitalista – permite a utilização sistemática da ciência na produção moderna, a partir da apropriação do conhecimento social, ou seja, do general intellect.

Na órbita monetário-financeira, o desenvolvimento da economia capitalista suscitou simultaneamente a subordinação do sistema de crédito à lógica da acumulação produtiva e aos riscos da especulação generalizada. Os bancos ingleses especializaram-se nas operações de desconto mercantil, ampliando sua função de provedores de crédito internacional.

Mas, já na ascensão industrial dos Estados Unidos e da Alemanha, nos países asiáticos e na China contemporânea os sistemas bancários operaram e operam, sobretudo, na concentração do capital monetário e em sua antecipação para os capitalistas industriais que – desembaraçados da poupança prévia – promovem as inovações e a revolução permanente das forças produtivas, sempre de olho nos lucros extraordinários.

O processo de reprodução capitalista – em suas indissociáveis dimensões material e monetária – requer, portanto, a consolidação do sistema bancário em seu papel de multiplicar depósitos e, portanto, adiantar liquidez para a mobilização do potencial produtivo e da capacidade de inovação.

Essa dinâmica só pode se realizar por meio da concorrência generalizada que envolve empresas e países e se impõe sobre eles como uma força externa, irresistível. Por isso é preciso inovar para bater o concorrente, buscar novos mercados, tentar ganhar a dianteira sempre, porque é impossível mantê-la. (*Carta Capital, 04.12.2005*)

A segunda abertura brasileira

Quinze anos depois da primeira liberalização comercial, um desafio semelhante se coloca ao país -- promover um novo choque de globalização ou ficar para trás na corrida pelo desenvolvimento

Por Roberta Paduan

EXAME Há exatos 15 anos, o Brasil começava a enterrar uma arraigada tradição de isolamento e, timidamente, ensaiava os primeiros passos na trilha da globalização. Ao promover um corte sensível nas alíquotas de importação e banir uma lista de 1 200 produtos proibidos de entrar no país, o ex-presidente Fernando Collor de Mello colocou a economia brasileira na rota de outras nações -- como Coréia do Sul, Espanha ou Chile -- que já haviam abandonado o ideário protecionista e colhiam um prêmio na forma de mais emprego, renda e produção. Desde então, vários outros países decidiram adentrar o barco da globalização e também se beneficiar da abertura de mercados. Lamentavelmente, porém, o Brasil se contentou com o movimento dos anos 90, e praticamente nada fez.

O país está atrasado -- e muito -- quando o assunto é globalização. As exportações brasileiras representam apenas 1,1% do total do mundo. As barreiras comerciais ainda estão entre as mais altas. O país não conta com um único acordo de livre comércio para valer (o Mercosul nem sequer é considerado como zona de livre comércio). No ranking dos países mais globalizados, elaborado pela consultoria A.T. Kearney, o Brasil ocupa um modestíssimo 57o lugar numa lista de 62 nações. "É preciso ser realista e constatar que, apesar da abertura dos anos 90, o Brasil continua irrelevante no comércio internacional", diz o economista Armando Castelar Pinheiro, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). "Uma segunda abertura é urgente."

O Brasil na globalização

A economia brasileira ainda é muito fechada em relação ao exterior. Veja alguns quesitos que medem o grau de globalização do Brasil e de outros países

Ranking de abertura

O quadro mostra a lista da consultoria A.T. Kearney, que avalia o grau de abertura econômica de 62 países:

1°	Cingapura
2°	Irlanda
3°	Suíça
4°	Estados Unidos
5°	Holanda
6°	Canadá
7°	Dinamarca
8°	Suécia
9°	Áustria
10°	Finlândia
57°	Brasil

(% de exportações e importações em relação ao PIB)

Volume de comércio exterior

27%	Brasil
49%	Rússia
56%	Chile
71%	Coréia
72%	China

Acordos comerciais

(número de acordos de livre comércio mantidos pelos países)

0	Brasil(1)
6	Coréia(2)
11	China
39	Chile
43	México

(1) O Mercosul não é considerado tratado de livre comércio pela OMC.

(2) Os acordos com Cingapura e a Associação dos Países do Leste Asiático aguardam aprovação do Congresso coreano

Barreira às importações

(alíquota média de impostos de importação)

12%	Brasil
7%	Chile
5%	Coréia
2%	EUA
1,6%	Japão

Fontes: Simão Silber (USP)/ Unctad / Tendências /A. T. Kearney/Foreign Policy

O tema da globalização se impõe na agenda nacional por uma combinação de necessidade com oportunidade. Está cada vez mais nítida a percepção de que a economia brasileira precisa mudar -- e rápido. Há dez anos o Brasil cresce menos que a média mundial, e assustadoramente menos que os países emergentes mais pujantes, como Índia e China. Diante de um mundo que passa por uma fase sem igual de prosperidade, os economistas brasileiros atualmente discutem se o país conseguirá crescer miseros 3% neste ano. "Por sermos tão fechados, estamos ficando de fora da festa", diz o economista José Alexandre Scheinkman, da Universidade Princeton. É aí que surge a oportunidade -- o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), que reunirá representantes de 148 países entre 13 e 18 de dezembro em Hong Kong para discutir uma nova rodada de liberalização do comércio mundial.

Independentemente dos resultados concretos a ser obtidos na reunião -- por enquanto, a probabilidade de que haja acordo entre tantos membros parece pequena --, trata-se de uma excelente chance para que os brasileiros comecem a se questionar seriamente sobre o que pretendem, afinal, em sua relação com o mundo. "Mesmo que a reunião de Hong Kong termine mal, o Brasil tem de estabelecer rapidamente uma estratégia para reverter o atraso de sua integração econômica com o resto do mundo", afirma Simão Davi Silber, professor de economia internacional da USP.

Uma parcela do atual governo parece ter entendido a necessidade de um novo avanço no front externo. Um documento vazado recentemente para a imprensa mostrou a disposição do Ministério da Fazenda em cortar de 35% para 10,5% as alíquotas máximas de impostos de importação de produtos industrializados. O Itamaraty também trabalha com a hipótese de corte agressivo nas barreiras protecionistas, desde que acompanhado de um movimento semelhante nos mercados agrícolas do mundo desenvolvido. Apesar da eterna grita de alguns diante da possibilidade de maior liberalização, até representantes dos setores mais protegidos do país, como o automobilístico, já se convenceram de sua necessidade. "Sou totalmente favorável a uma nova rodada de abertura", afirma Antonio Maciel Neto, presidente da Ford para a América Latina. "Quero exportar muito mais, e, embora pareça paradoxal, só é possível exportar mais se também importarmos mais."

Quanto mais comércio, maior o crescimento

Compare o nível de exportações e o crescimento de alguns países

Exportações sobre o PIB(1)	
Brasil	22%
Chile	38%
Coréia(2)	38%
China	40%

Crescimento médio do PIB (2000 a 2004)	
Brasil	2,6%
Chile	6%
Coréia	6,2%
China	8,6%
Conclusão: o Brasil é o país que menos exporta e é também o que cresce menos. Já a China, a maior exportadora, também tem o maior crescimento	
(1) Exportações de bens e serviços em 2004 (2) Dado referente a 2003 <i>Fonte: Banco Mundial</i>	

A frase de Maciel traduz a essência do funcionamento dos mercados globalizados. "Hoje, país com economia saudável é aquele que exporta muito, mas que também importa muito", afirma o economista Celso Toledo, da MCM Consultores. Isso ocorre porque a abertura ao comércio internacional promove uma espécie de seleção natural nos setores produtivos das nações. Sem ter de pagar altas tarifas, as melhores empresas do mundo passam a vender seus produtos nos mercados que se abrem. Isso faz com que só sobrevivam os segmentos domésticos mais eficientes. A regra é vender aquilo que se faz com competência e comprar o que a produção doméstica não entrega de maneira competitiva. "Em última instância, essa seleção natural provoca uma alocação mais eficiente de recursos, ou seja, os empreendedores investem nos setores sobreviventes e, portanto, mais competitivos, tornando toda a economia mais próspera", afirma Nathan Blanche, sócio da consultoria Tendências. Não por acaso países com maior grau de abertura comercial são também os que apresentam um crescimento econômico mais vigoroso.

O estímulo à competitividade tem consequência direta sobre os preços dos produtos em circulação na economia. A própria experiência brasileira dos anos 90 mostra isso. No caso de TVs e equipamentos de som, por exemplo, a queda atingiu impressionantes 66%. "O consumidor é provavelmente quem mais sai ganhando com a liberalização", diz a economista Maria Cristina Terra, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro. Ela acaba de concluir um trabalho, em conjunto com outros dois economistas, Gustavo Gonzaga e Naércio Menezes, em que mostra que a abertura econômica dos anos 90 teve um impacto muito importante sobre a desigualdade social no Brasil. "A concentração de renda só não aumentou porque o país se abriu", diz. "A população mais pobre foi a mais beneficiada." Também as empresas se beneficiam do acesso a bens mais baratos. Antes da abertura dos anos 90, a importação de máquinas modernas era simplesmente inacessível à maioria das companhias brasileiras. A redução das barreiras forçou uma queda de quase 50% no preço dos bens de capital -- ou seja, o custo do investimento despencou. Isso induziu uma onda de modernização e fez a produtividade na indústria da transformação sextuplicar (veja quadro na página 22). "O fluxo livre de comércio faz com que a tecnologia seja transferida para os países mais pobres, e isso impulsiona a eficiência em todo o globo", afirma Silber, da USP. Um exemplo é a fábrica baiana da Ford, em Camaçari. Inaugurada no final de 2001, a unidade é uma das mais produtivas da montadora em todo o mundo. A maioria das máquinas e equipamentos é importada, mas aos poucos a tecnologia começa a ser dominada por brasileiros -- todos os robôs importados foram montados por equipes locais. "Pode parecer pouco, mas esse contato com novidades é fundamental para o avanço tecnológico do país", afirma Silber.

Preços caíram após 1º abertura

Veja a queda de preço ao consumidor final de alguns produtos após a abertura às importações realizadas no governo Collor:

Produto	Redução de preço(1)
Televisores e equipamentos de som	66%
Carros, caminhões e ônibus	61%
Azubos e fertilizantes	53%
Têxteis (fiação e tecidos)	35%
(1) Considerando variação do IGP <i>Fontes: Maurício Mesquita Moreira, a partir de dados do IBGE e IPAFGV</i>	

Se a abertura ajuda as empresas a ter acesso a produtos de fora, vale o raciocínio oposto. Para muitas companhias brasileiras, o mercado doméstico ficou pequeno demais. A Embraer, por exemplo, relaciona-se com dezenas de fornecedores estrangeiros e vende seus aviões a companhias aéreas de todo o mundo. Outra empresa brasileira que pegou a mão dupla da globalização é a catarinense Embraco, maior fabricante mundial de compressores para refrigeração. A companhia começou a exportar compressores de geladeira ainda na década de 70, mas no início dos anos 90 decidiu se internacionalizar. "Já tínhamos alcançado importância por meio de exportações, mas a presença apenas no Brasil reprimiria nosso crescimento", afirma Ernesto Heinzelmann, presidente da Embraco. "Não conseguiríamos avançar mais com a estrutura fabril montada apenas no Brasil." Em 1994, a Embraco abriu uma fábrica na Itália. Em 1995 fez o mesmo na China e, três anos depois, na Eslováquia. A internacionalização da empresa foi decisiva para que ela despertasse o interesse do grupo americano Whirlpool, que, em 1998, tornou-se seu acionista majoritário.

Abertura gera produtividade

Após a liberalização das importações no início dos anos 90, a indústria brasileira tornou-se mais produtiva

Variação anual da produtividade na indústria	
1985/ 1989	1%
1991/ 1995	6,5%
1996/ 2000	6,5%
2000/ 2003	-0,7%
Conclusão: a liberalização comercial forçou as empresas brasileiras a buscar maior modernização. O dado negativo dos últimos anos evidencia a necessidade de um novo choque de competitividade comercial	
<i>Fontes: Mapa Estratégico da Indústria (CNI)/Ipea</i>	

Uma maior exposição brasileira à globalização teria ainda uma vantagem adicional: diminuir a vulnerabilidade da economia frente às flutuações do mundo exterior. Ao longo dos últimos anos, a volatilidade dos indicadores econômicos, particularmente da taxa de câmbio, foi um dos pontos que mais dificultaram a vida dos administradores, tanto nas empresas como no governo. O valor do real sofre flutuações abruptas, variando de acordo com os humores dos mercados financeiros -- o dólar já custou menos de 1 real em 1994, 4 reais em 2002 e atualmente oscila na faixa de 2,2 reais. O paradoxo nesse campo é que, por ser pouco aberto ao comércio internacional, o país fica mais, não menos, vulnerável às oscilações do mercado. "A maioria das pessoas tende a achar o contrário, ou seja, que menos comércio externo torna o país mais defendido", diz Terra, da FGV. "Mas ocorre o oposto." A questão é que, em situações de crise externa, os investidores tendem a fugir dos países emergentes, o que induz a uma desvalorização da moeda local, normalmente seguida por alta dos juros e recessão. Essa desvalorização tende a ser muito menor em países com alto fluxo de comércio exterior. Um país como a China, que exporta 580 bilhões de dólares, depende menos do dinheiro volátil do que um país como o Brasil, que vende cerca de 115 bilhões de dólares lá fora. "Se a participação do comércio brasileiro crescer, também estaremos mais fortes na próxima crise", diz Terra. "Por isso mesmo, é preciso apressar o passo."

Onde o Brasil é mais fechado

Para o país ser realmente uma economia aberta, é preciso derrubar as últimas barreiras

Por José Roberto Caetano e Tatiana Petit

EXAME Em qualquer país do mundo, os setores mantidos protegidos da competição externa lutam para não perder seu privilégio. No Brasil não é diferente. Uma década e meia após a primeira grande queda de barreiras comerciais ocorrida desde a abertura dos portos promovida por dom João VI, o país continua a ser -- em muitas áreas -- um bastião do protecionismo. A imposição de obstáculos é uma bandeira dos nacionalistas, sob o argumento de que não podemos nem devemos esmagar setores inteiros da economia brasileira. A história mostra, porém, que as lufadas de

globalização fizeram mais bem do que mal ao país. As empresas que sobreviveram ficaram mais produtivas. As mercadorias ganharam qualidade. Os preços caíram. O consumidor ganhou. Estamos falando, é claro, da concorrência leal -- na qual o mais produtivo vence o ineficiente.

É verdade que o Brasil evoluiu muito desde o final dos anos 80, quando se vivia um modelo quase soviético e menos de 5% do que se consumia vinha de fora. Mas há muitas barreiras a derrubar caso o país queira realmente ser considerado um mercado aberto. A tarifa média aplicada na importação de artigos industrializados, hoje próxima de 11%, esconde casos em que a proteção supera os 100% na etapa final de uma cadeia produtiva complexa (veja quadro ao lado). "Os níveis de proteção atuais de alguns setores não têm justificativa econômica", diz Maurício Mesquita Moreira, economista do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O maior exemplo de protecionismo ainda existente é o do setor automobilístico. A tarifa média de importação para carros e caminhões é 34%. Mas as barreiras vão muito além. Um estudo feito por Honório Kume, coordenador de comércio exterior e política comercial do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostra que a tarifa de proteção efetiva que preserva o setor chega a 124%. Nessa conta, computam-se todas as tarifas que incidem sobre peças e demais insumos necessários à produção. O resultado são carros mais caros e um mercado que há anos não apresenta um crescimento significativo. Especialistas dizem que a proteção, somada à escala baixa, faz com que o consumidor brasileiro pague por um carro médio o mesmo que um italiano paga por um de luxo.

Fato semelhante ocorre no setor siderúrgico. "As usinas cobram uma "taxa de conforto" na venda de aços planos que pode chegar a 15% do preço", diz Paulo Butori, presidente do Sindipeças, o sindicato das indústrias de autopeças. "Alegam que, com o fornecimento local, há economia com frete, seguro, risco de atrasos na entrega e custo financeiro de estoque, necessários no caso de importação." No início do ano, quando o preço do aço subiu devido ao aquecimento da economia global, as montadoras de veículos travaram uma queda-de-braço com as siderúrgicas, argumentando que a alta no insumo estava levando a uma perda de competitividade no mercado externo. Em março, o governo eliminou as alíquotas de importação de alguns tipos de aço. Imediatamente os preços internos caíram e os fabricantes locais retomaram as vendas. "As importações foram irrisórias", afirma Marco Polo de Mello Lopes, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia.

O medo da competição -- ainda que ela seja legítima -- costuma ser o grande argumento dos protecionistas. É esse argumento que sustenta, por exemplo, a obsoleta indústria siderúrgica

Os mais protegidos

Diversos setores contam com tarifas de proteção(1) que restringem a competição com importados. Eis alguns dos mais protegidos:

Automóveis e caminhões

É o setor mais protegido. O corte da barreira criaria mais competição entre os carros médios e importaria a renovação mais rápida dos modelos. Na faixa dos compactos, as exportações poderiam crescer Tarifa de proteção 124%

Vestuário

O Brasil é competitivo em tecidos de algodão e pode crescer na confecção de produtos como os jeans e a linha de cama, mesa e banho. Em malharia e tecidos sintéticos, a dianteira é dos asiáticos Tarifa de proteção 23%

Plástico

Pulverizado em 7 000 empresas e convivendo com alta informalidade, o setor é vulnerável. A abertura forçaria a profissionalização da gestão e associações para formar grupos mais fortes Tarifa de proteção 21%

Eletroeletrônicos

O país tende a voltar-se para nichos em áreas como telefonia celular e equipamentos médicos de baixo custo. O aumento da importação de produtos de grande consumo é tido como irreversível Tarifa de proteção 13%

Calçados

A tendência das linhas de calçados baratos é ceder espaço aos chineses. O setor teria de se concentrar em desenvolver tecnologia, design e marca para competir em faixas mais sofisticadas do mercado Tarifa de proteção 16%

Máquinas e tratores

A vantagem da abertura é facilitar o acesso a equipamentos de ponta, feitos em países como Alemanha e Japão. O custo do investimento cairia, favorecendo a modernização do parque industrial Tarifa de proteção 14%

(1) Tarifa efetiva, calculada sobre o valor adicionado

Fontes: Ipea e empresas

americana ou a pouco eficiente produção agrícola européia. Quebrar essa corrente de medo é um processo complexo e politicamente custoso. Foi assim no início da década de 90, durante a abertura promovida por Fernando Collor de Mello. Na época, as cassandras profetizaram a morte da indústria brasileira. Muitas empresas realmente morreram -- várias delas por incompetência. O saldo final, porém, foi um choque de eficiência que renovou setores inteiros da economia. É esse histórico que dá força às teses favoráveis a uma progressiva abertura do país. "Reduzir a 20% a alíquota de importação não traria problema para as montadoras", diz José Roberto Ferro, especialista em indústria automobilística.

Seria ingênuo afirmar que a derrubada de tarifas é um processo indolor. Setores menos estruturados ou pouco competitivos poderiam desaparecer. (E não se pode ignorar a contribuição do Estado -- com suas leis ultrapassadas e carga tributária pesadíssima -- para essa baixa competitividade.) Foi o que aconteceu com a indústria de máquinas no início dos anos 90. Na ocasião, 30% das fábricas de equipamentos cerraram as portas. É possível que um fenômeno semelhante ocorra com fabricantes de artefatos de plástico e de calçados, por exemplo, setores pulverizados e que convivem com alta informalidade. Nesses casos, seria necessário repetir o processo de consolidação e modernização que ocorreu em quase todos os demais setores -- e que fez com que se tornassem mais fortes.

Uma abertura maior implica fazer escolhas. É preciso abrir mão de algumas indústrias em benefício de outras. "É o que acontece no setor aeronáutico", diz Richard Dubois, consultor da BDO Trevisan. "Importamos aviões da Boeing e da Airbus, mas vendemos os da Embraer." Ceder de um lado para ganhar de outro é uma possibilidade também na cadeia de têxteis -- outra indústria ainda defendida por tarifas altas. O setor foi apontado como um dos mais prejudicados pela entrada de importados nos anos 90. Várias fábricas fecharam. Contudo, em pouco tempo, muitas das empresas se reequiparam e se ajustaram ao novo ambiente. O setor melhorou a competitividade a ponto de bater recorde de exportação. Agora, o crescimento da indústria têxtil de países como a China e a Índia obriga a busca de um novo equilíbrio. Não há barreira tarifária que evite isso no longo prazo. Trata-se de uma questão de sobrevivência. Uma saída é justamente a concentração nas categorias em que as condições domésticas são mais favoráveis. "O Brasil tem uma força competitiva na cadeia do algodão, com índigo e produtos de cama, mesa e banho, e perde para os chineses em malharia com fios sintéticos", diz o consultor Stefano Bridelli, presidente da Bain & Company. "Num processo de abertura, o balanço geral seria positivo para o Brasil." Ao derrubar suas próprias barreiras, o Brasil ganharia um argumento contra o protecionismo alheio. Os Estados Unidos, por exemplo, taxam em 17% os tecidos de algodão brasileiros. A derrubada dessa barreira permitiria, segundo Bridelli, triplicar as exportações.

Se o Brasil ergue obstáculos em setores dominados pela livre-iniciativa, nada se compara às barreiras impostas em áreas controladas pelo Estado. Em duas delas, as trancas são mais fortes: o de resseguros, com o Instituto de Resseguros do Brasil, e o de serviços postais, com os Correios. No refino de combustíveis, a presença da iniciativa privada formalmente passou a ser bem-vinda em 1997, com a criação da Agência Nacional do Petróleo. Na prática, porém, a Petrobras domina 98% do mercado. A estatal controla também os preços dos combustíveis, asfixiando as duas únicas refinarias privadas, a de Manguinhos, no Rio de Janeiro, e a gaúcha Ipiranga. "A flexibilização do mercado ficou só no papel e não temos espaço para crescer", afirma Elizabeth Tellechea, superintendente da Ipiranga. "Enquanto não houver regras claras no setor, ninguém vai investir." Ou seja, o caminho para uma verdadeira abertura da economia vai exigir mais do que redução tarifária. (*Exame*, 04.12.2005)

Um fim sinistro para a máquina americana

As grandes companhias americanas foram enormes geradoras de riqueza para seus acionistas ao longo das três últimas décadas, dominando mercados, devorando concorrentes, cortando custos - e demitindo trabalhadores -, implacavelmente, para se manterem na dianteira no jogo da globalização.

Mas isso pode estar a ponto de mudar, diz Barry C. Lynn em "End of the Line: The Rise and Coming Fall of the Global Corporation" (Fim da Linha: a Ascensão e a Futura Queda da Corporação Global). Essas mesmas empresas "construíram um sistema tão hiperespecializado e enxuto que um problema relativamente pequeno na produção no outro lado do mundo poderia devastar grandes setores da economia americana", afirma o autor.

Esse sistema, que envolve controles de estoques "just-in-time", terceirização da produção e desregulamentação por Washington, "poderá revelar-se, talvez, o mais grave erro da história dos EUA", diz Lynn.

É uma afirmação um pouco exagerada. Mas alguns sinais preocupantes de nossa vulnerabilidade já produziram manchetes. Como destaca Lynn, um terremoto em Taiwan em 1999 resultou na

paralisação de fábricas de aparelhos eletrônicos em todo o mundo, ao interromper o suprimento de semicondutores produzidos por apenas duas companhias instaladas num mesmo parque industrial. Uma explosão numa indústria química no Japão em 1993 reduziu à metade a capacidade mundial de produção de uma resina empregada na fabricação de chips para computadores. No mês seguinte, o preço de chips de memória dobrou, encarecendo os laptops em até US\$ 100. Uma greve de estivadores que durou dez dias na Costa Oeste em 2002 custou à economia dos EUA US\$ 20 bilhões em produção perdida, quando fábricas americanas ficaram impossibilitadas de importar componentes. E os terroristas que praticaram os ataques de 11 de setembro de 2001 conseguiram paralisar o tráfego aéreo durante dias e tornar mais lenta a movimentação de mercadorias do México e Canadá.

Usando exemplos de multinacionais americanas como a Cisco Systems, Dell, FedEx, General Electric, General Motors e Wal-Mart Stores, Lynn mostra como os cortes de custos e a terceirização adotada por empresas líderes em seus setores converteu-se num processo de realimentação que deixou as grandes corporações perigosamente vulneráveis a interrupções até mesmo pequenas em suas cadeias de suprimentos.

Como isso veio a acontecer? A empresa de transportes FedEx incentivou os fabricantes americanos a confiar na entrega diária de componentes mundiais a suas linhas de montagem. A Cisco demonstrou como um gigantesco fabricante no setor de alta tecnologia pode surgir ao alocar antecipadamente a maior parte do trabalho a outras companhias e deixando pouco para ser feito "em casa".

Lynn culpa menos os líderes empresariais do que a política econômica dos governos americanos pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente a da administração Clinton. Repetidamente, Washington abraçou um equivocado entusiasmo pela globalização e por acordos de livre comércio, deixando para trás a política industrial pró-manufatura defendida por Alexander Hamilton e quase dois séculos de outros líderes, diz Lynn.

Os EUA também passaram a ver a distribuição de suas unidades produtivas por todo o mundo como uma tática inteligente de política externa para combater na Guerra Fria, disseminar a democracia e aproximar países formando uma rede interdependente. Agora, os EUA defrontam-se com "o fim da linha", ou uma violenta queda em sua capacidade fabril, em consequência de décadas de persistente terceirização no exterior.

Evidenciar o nexos entre a atabalhoada política de Washington e a miopia empresarial é um tema instigante, e Lynn, um antigo jornalista especializado na área empresarial, passa sua mensagem com referências oportunas à história empresarial contemporânea.

Mas "End of the Line" tem suas imperfeições. Ao leitor não são fornecidas, por exemplo, muitas informações de bastidores e detalhes sobre o pensamento dos comandantes das companhias que transformaram tão radicalmente a paisagem empresarial.

No capítulo em que apresenta suas soluções - "de rigueur" nesse tipo de livros - Lynn defende uma "reversão radical da desregulamentação" no "território industrial" americano que nunca será implementada pela atual Casa Branca, pelo Congresso ou pela Suprema Corte. Por exemplo, Lynn gostaria de exigir que as empresas mantivessem triplos fornecedores de componentes e serviços localizados em dois ou mais países, e que tornassem todos esses contratos públicos.

Isso não acontecerá em curto prazo. Nem estamos, em minha opinião, às vésperas de testemunhar a queda da empresa multinacional, no cenário pintado por Lynn. Mas quando Hollywood fizer um filme baseado nesse livro - "Terremotos! Terrorismo! Turbulência nas Cadeias de Suprimentos!" - os adversários da globalização provavelmente correrão aos cinemas (BusinessWeek) (*Valor*, 20.10.2005)

Ford vai fechar 10 fábricas e eliminar até 30 mil empregos

A Ford, gigante americana do setor automotivo, analisa um novo plano de reestruturação que prevê a eliminação de até 30 mil empregos em cinco anos. A informação foi divulgada nesta quarta-feira pelo jornal Detroit News.

A publicação também afirmou que a Ford pode fechar pelo menos 10 fábricas de montagem como parte da reestruturação. Informes anteriores davam conta de que a empresa poderia fechar cinco fábricas na América do Norte, eliminando cerca de 7,5 mil postos de trabalho.

Até o momento, a Ford confirmou que efetivamente fechará fábricas, mas não precisou quantas. Neste ano, a empresa já suprimiu 3 mil empregos.

A reestruturação da Ford acontece num momento em que a General Motors também atravessa forte crise, devido à queda nas vendas na América do Norte. A GM deve eliminar 30 mil empregos até 2008. (AFP) (*Diário do Grande ABC*, 08.12.2005)

GM vai fechar 5 fábricas e demitir 30 mil empregados

O presidente da GM (General Motors), Rick Wagoner, anunciou que a maior montadora do mundo fechará cinco fábricas até 2008, como parte de um drástico plano de reestruturação. Além disso, 30 mil funcionários serão demitidos.

Os fechamentos das fábricas nos Estados Unidos, junto com a recente redução de benefícios de saúde, significarão uma economia de US\$ 6 bilhões até 2006 para a GM. A decisão reduzirá a capacidade de produção da empresa a 4,2 milhões de veículos em dois turnos, uma queda de 30% em relação aos níveis de 2002.

"Este foi um período difícil para todos nós na GM, mas confio que, trabalhando juntos, poderemos superar isso", afirmou Wagoner. O executivo acrescentou que a GM também fechará dois centros de fabricação de carrocerias, dois de montagem de caixas de câmbio e vários centros de fabricação de peças de posição.

"No total, cinco fábricas de montagem cessarão sua atividade até 2008. Oklahoma City no início de 2006, Lansing Craft Center, em meados de 2006, a fábrica de montagem número um de Spring Hill, no final de 2006, e Doraville em 2008", informou.

O líder mundial do setor automotivo anunciou que também será fechado um centro de montagem em Oshawa, no Canadá, entre meados de 2006 e 2008. (AFP) (*Diário do Grande ABC*, 22.11.2005)

O império americano é insustentável

EUA não podem ampliar as guerras de ocupação, sob o risco de sofrerem um desastre econômico

Por Anatol Lieven

O poderio global dos EUA, da forma como é atualmente concebido pela esmagadora maioria da ordem estabelecida dos EUA, é insustentável. Posicionar o poderio americano em uma base mais sólida requer que ele seja disposto sobre uma base mais limitada. Apesar das lições do Iraque, isto é algo que os formuladores de política americanos - democratas e republicanos, civis e militares -- ainda consideram extremamente difícil de imaginar.

Os motivos básicos que explicam porque o império americano faliu são familiares a partir de outras histórias imperiais. O império já não consegue recrutar tributos e soldados suficientes, está cada vez mais endividado e Estados vassalos estratégicos já não são mais confiáveis. De forma igualmente clássica, um fator central que explica o que está acontecendo é a ganância e a decadência das elites imperiais. A exemplo de um grande número de seus antepassados, as classes abastadas dos EUA obtiveram um controle sobre o Estado que lhes permite se esquivarem da tributação. A aquiescência maciça a essa situação precisa ser comprada com cortes muito menores - mas fiscalmente igualmente danosos - nos impostos que incidem sobre as classes médias.

O resultado é que o império já não consegue pagar pela quantidade de soldados profissionais de que necessita para preencher as suas auto-adotadas tarefas imperiais. Ele não consegue introduzir o recrutamento devido à desmilitarização geral da sociedade e também porque os jovens da elite não estão mais dispostos a servir de exemplo de liderança e de sacrifício, apresentando-se para servir. O resultado é que os EUA são incapazes de empreender mais guerras de ocupação, como no Iraque. Eles podem derrotar outros Estados em campos de batalha com grande facilidade, porém não conseguem transformá-los em aliados leais ou estáveis.

É importante salientar que essa debilidade dos EUA afeta não só as ambições da administração Bush, como também posturas geopolíticas plenamente compartilhadas com os democratas. O governo Bush merece ser ferozmente criticado pela escolha do momento e pela condução da guerra no Iraque. Historiadores futuros poderão concluir, no entanto, que a estratégia do presidente Bill Clinton da década de 1990 também poderia ter tornado a conquista do Iraque inevitável, cedo ou tarde; e que, considerando-se as realidades da sociedade e da história iraquiana, os resultados não poderiam ter sido significativamente menos aterradores. Nesse contexto, poderá a estratégia atual dos EUA contra o Irã - apoiada por ambos os partidos - ser sustentada permanentemente sem guerra? Com efeito, considerando-se a natureza do Oriente Médio, não é verdade que qualquer potência que deseje exercer a sua hegemonia na região tenha de ir à guerra a intervalos regulares em defesa da sua autoridade ou dos seus clientes locais?

É inútil ficar sonhando em manter por muito tempo um império americano pelo qual a maioria da população não está disposta a pagar ou lutar

Além disso, o declínio relativo na independência econômica dos EUA significa que, ao contrário de 1917 ou de 1941, uma guerra realmente séria arrisca levar os EUA ao desastre econômico. Mesmo um choque sino-americano limitado em torno de Taiwan provavelmente produziria consequências econômicas catastróficas para os dois lados.

Em tese, a reação desejável dos EUA à sua superexpansão imperial é simples e tem sido defendida por alguns pensadores independentes proeminentes nos EUA, como o professor Stephen Walt, de Harvard. Seria o caso de recorrer ao "equilíbrio externo", cujo propósito seria criar coalizões regionais contra agressores potenciais e, sempre que possível, criar consensos regionais em prol da ordem e estabilidade. Não só uma presença militar, como também compromissos e alianças militares deveriam ser evitados sempre que possível.

Quando acompanhamos o que isso poderia significar na prática em várias partes do mundo, porém, fica claro como boa parte desta abordagem seria completamente inaceitável para a totalidade da ordem política atual dos EUA. Na antiga União Soviética, isto poderia significar aceitar uma forma restrita de esfera de influência russa. Na Ásia, isto poderia significar apoiar o Japão e outros países contra qualquer agressão chinesa, mas também significaria esvaziar a ameaça de confronto com a China através do estímulo à reintegração de Taiwan ao continente. No Oriente Médio, isto poderia implicar separar os objetivos dos EUA dos objetivos dos israelenses e buscar uma distensão com o Irã.

Apesar de serem impraticáveis hoje, pelo menos parte destas iniciativas poderá, no entanto, comprovar ser inescapável em uma geração. Isso porque é inútil ficar sonhando em manter por muito tempo um império americano pelo qual a maioria dos americanos não está disposta a pagar ou a lutar. Meu receio é que esse processo, em vez de ser resultado de uma estratégia pacífica e meticulosamente planejada, possa ocorrer por meio de derrotas desastrosas, durante as quais o poderio global americano não será restrito, mas destruído por completo, com consequências potencialmente aterradoras para o mundo. (*Valor* 02.12.2005)

Milhões de pessoas ameaçadas

Liberalização comercial ameaça milhões de pessoas em países pobres, diz ONG

A sobrevivência de milhões de pessoas em todo o mundo, que vivem em países em desenvolvimento, está ameaçada pelas negociações que se realizam neste momento, como preparação para a reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Hong Kong. O alerta é do Relatório Trade Invaders, divulgado ontem na Inglaterra pela ActionAid.

Segundo a pesquisa, se a ação dos países ricos rumo à liberalização comercial não for detida, a pobreza e a desigualdade podem aumentar em muitos países. Os países ricos, ainda de acordo com a ActionAid, procuram novos mercados de exportação para sua produção agrícola, produtos industriais e serviços. Eles querem que todos os países - inclusive os mais pobres - assinem novos compromissos comerciais que vão abrir suas economias ainda mais à competição internacional.

A entidade cita exemplos dos danos provocados nas economias de países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, onde a eliminação das barreiras comerciais "tem contribuído para que as corporações multinacionais expulsem os pequenos produtores leiteiros do mercado, ameaçando sua única alternativa de subsistência quando há quebra das colheitas".

O relatório comenta, ainda os casos da Gâmbia, onde importações baratas de frangos, ovos, leite e arroz invadiram o mercado, baixando os preços e levando muitos produtores locais à falência; e da África do Sul, onde a eliminação de tarifas e subsídios levou muitos pequenos agricultores, principalmente produtores de milho, a abandonarem a atividades. (*Valor*, 08.12.2005)

CNM-Internacional é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)
internacional@cnmcut.org <http://www.cnmcut.org.br>